

ESCOLA / Ministério da Educação divulga proposta de nova base para educação infantil e fundamental. Com as mudanças, o inglês passa a ser obrigatório, e conteúdos de identidade de gênero e ensino religioso saem da grade nacional

Curriculo único para o bê-á-bá

» RENATO SOUZA
ESPECIAL PARA O CORREIO
» MIRELLE BERNARDINO*

O Ministério da Educação apresentou a última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e o ensino fundamental. Esta é a terceira versão do projeto que traz mudanças no currículo de todo o país. Segundo o governo, é uma padronização de conteúdos usada pelos países desenvolvidos para manter a qualidade. As alterações, que devem atingir 190 mil escolas, precisam ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Após aprovação no conselho e homologação pelo ministro da Educação, as escolas estaduais e municipais terão o prazo de dois anos para promover as mudanças nos currículos. Entre as mudanças está a de que todas as crianças devem estar alfabetizadas no fim do segundo ano do ensino fundamental, aos sete anos. O prazo anterior era até a terceira série. Outra alteração é a obrigatoriedade do ensino de inglês.

O bombeiro Petronilio dos Santos, 45 anos, é pai de Miguel Simplicio, de nove anos. O garoto está no terceiro ano e já mantém a disciplina nas tarefas. Petronilio vê como positiva as mudanças, mas ressalta que ainda são insuficientes para melhorar a qualidade. “A escola precisa de muitas mudanças para atingir a qualidade esperada. Antigamente havia matéria que ressaltava o respeito entre as pessoas. É importante que os pais também participem da vida escolar dos filhos”, argumentou.

O texto do projeto inclui as novas tecnologias nas escolas. Entre 10 competências que devem ser desenvolvidas nesta fase da educação, está a de “utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética”. O projeto, que foi criado após uma consulta pública pela internet e com participação de especialistas de 37 universidades, regulamenta o direito de aprendizagem e desenvolvimento para crianças e bebês com idades entre seis meses e seis anos.

Para a coordenadora do Le Petit Galois, Rosa Cavalcante, a reforma é um ganho para a alfabetização. “Toda intenção dela é que ele dê o mínimo de equidade aos alunos.” Já a especialista em alfabetização e professora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Iesb, arli Assis destaca que a proposta é interessante para garantir às crianças desde cedo o contato da leitura e escrita. Contudo, ela não descarta o papel do governo com o ensino e aplicação do conteúdo. “A formação do professor precisa ser adequada, e não podemos tirar o papel da família nos auxiliando.”

Desigualdade

Dois assuntos estão fora do currículo do ensino fundamental, de acordo com o documento: o conteúdo sobre identidade de gênero e a disciplina de ensino religioso deixam de integrar a proposta de educação para crianças e adolescentes. De acordo com o MEC, a base curricular já defende o “respeito à pluralidade”. Já a educação religiosa deve ser regulamentada por estados e municípios.

A biomédica Tatyanna Souza, 38 anos, é mãe dos gêmeos Lorenzo Galante e Paola Galante, de três anos. Os filhos estudam em uma escola maternal no Cruzeiro. Para Tatyanna, as mudanças só vão funcionar na teoria. “Essa meta de alfabetização estipulada pelo governo não funciona na prática. Temos um país com grandes desigualdades sociais e ainda vemos uma grande diferença entre as escolas públicas e particulares. O governo cria regra que ele mesmo não poderá cumprir”, afirmou a profissional de saúde.

* Estagiária sob supervisão de Leonardo Cavalcanti, editor de Brasil

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Tatyanna, com Lorenzo e Paola: “O país tem grandes desigualdades sociais, o que dificulta as novas regras”



Petronilio com o filho Miguel: “É importante que os pais participem da vida escolar das crianças”

» O que muda

Conteúdo	Metas
» Inglês passa a ser obrigatório nas escolas do ensino fundamental;	» Até os sete anos de idade, ou até o segundo ano do ensino fundamental, todas as crianças devem estar alfabetizadas;
» História passa a ser ensinada de acordo com a cronologia dos fatos;	» Crianças de zero a seis anos têm direito ao aprendizado e ao desenvolvimento.
» Identidade de gênero não será abordada nas séries do ensino fundamental;	» Métodos científicos, de investigação, hipóteses, análises críticas e reflexão devem ser adotados nos nove anos para incentivar a intelectualidade.
» Os recursos tecnológicos devem incentivar a visão crítica, reflexão e ética.	

Editores: Leonardo Cavalcanti e Paulo Silva Pinto
leonardocavalcanti.df@dabr.com.br — paulosilvapinto.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política) e 3214-1148 / 1191 (Economia)

Artigo

por Isaac Roitman

Reforma ou revolução?

Recentemente, por meio da medida provisória 746, foi aprovada a reforma do Ensino Médio. O argumento que esse tipo de reforma não deveria ser encaminhada por medida provisória e que deveria ser mais discutida pela sociedade tem sido usado por pessoas e entidades. Porém, vale a pena recordar que a melhoria da educação brasileira vem sendo discutida desde 1932 e que, no Manifesto dos Pioneiros da Educação, o diagnóstico foi feito e as soluções foram propostas. De lá para cá, o que observamos é que a nossa educação não melhorou. As escolas produzem um número razoável de analfabetos funcionais, os estudantes estudam para fazer provas e os egressos de nosso ensino básico não estão devidamente qualificados para o mercado de trabalho ou para o ingresso nas universidades e são desprovidos de valores como a ética, a solidariedade, o desapego, entre outros. Em adição, nossos professores não têm o reconhecimento de seu trabalho social e estão cada vez mais desencantados.

É legítimo afirmar que a reforma do ensino médio promove avanços como o tempo integral, a flexibilização e a introdução de itinerários formativos. É também pertinente indagar as razões do ensino médio ter sido o foco da reforma. Provavelmente pelos altos índices de reprovação e evasão e pelos resultados negativos de avaliação no Ideb (Índice de desenvolvimento da educação básica). Uma pergunta então emerge: de que adianta formarmos um excelente ensino médio para egressos do ensino fundamental totalmente despreparados?

A resposta a essa questão nos leva à conclusão de que todo o sistema educacional precisa ser novamente construído, não através de tímidas reformas, mas, sim, por meio de uma verdadeira revolução. A educação deverá ser um dever do Estado desde a primeira infância, em que a brincadeira deve ser o principal instrumento pedagógico. O ensino infantil deve ser emoldurado pela alegria, pelo contato com a natureza, pela socialização em um cenário de atividades artísticas (música, dança, pintura, cinema etc.) e esportivas. No ensino básico e superior, devemos ter o protagonismo dos estudantes através do estudo de temas e resolução de problemas do cotidiano em substituição à aula expositiva. As famílias serão parceiras, ou melhor, cúmplices, na construção de uma educação de qualidade.

É chegada a hora de romper com o tradicional iluminismo educacional que insiste na transmissão de conteúdos e na formação social individualista e uma mídia perversa que constrói uma sociedade para servir ao mercado. É pertinente lembrar o pensamento de John Dewey, com quem Anísio Teixeira conviveu: “A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”. Vamos todos participar dessa revolução.

Isaac Roitman é professor emérito da Universidade de Brasília

Artigo

por Roberta Bueno

Sala de aula como espaços inclusivos

A mudança procura retomar e fortalecer a flexibilização, enfatizando que a educação vive hoje um momento de transição, reiterando a necessidade de mudanças: nesse momento, as adequações curriculares implicam na planificação pedagógica e ações docentes fundamentadas em critérios que definem os aspectos individuais da aprendizagem de cada educando. A diversidade para que se possa conviver com as diferenças, promovendo o respeito, o desenvolvimento da autonomia e independência e autoconceito positivo pela participação social; proporcionar uma sala de aula como um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que reforça os pontos positivos, reconhece as dificuldades e se adapta às peculiaridades de cada aluno.

É essencial que as escolas estejam muito diferentes em poucos anos e que marchem para um ensino cada vez mais multidisciplinar e transversal, em que as aulas expositivas se combinem com os estudos interdisciplinares. A Base Curricular tem objetivos mais concretos e consegue orientar melhor o projeto pedagógico. E, com isso, a proposta para a educação infantil defende que brincadeiras para a aprendizagem têm como eixo principal a ludicidade. O trabalho segue a concepção de que o aluno tem o direito de se apropriar de todas as linguagens, não apenas a escrita, mas também a oral e a corporal. Sempre partindo de brincadeiras e interações, essenciais para a comunicação na primeira infância.

Roberta Bueno é diretora pedagógica do Colégio CEA V Jr. Taguatinga